

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O PROCESSO DE ABERTURA DO MERCADO DE  
SEGUROS**

**Anair Marlise Grassi Maycá**

**Florianópolis, dezembro de 2000.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS**

**O PROCESSO DE ABERTURA DO MERCADO DE SEGUROS**

**Anair Marlise Grassi Maycá**

**PROFESSOR ORIENTADOR:  
Prof. João Rogério Sanson**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:  
MICROECONOMIA**

Monografia submetida ao Departamento  
de Ciências Econômicas para obtenção  
de carga horária na disciplina CNM 5420  
– Monografia.

**Florianópolis, dezembro de 2000.**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

A Banca Examinadora atribuiu a nota 8,0/10,0 a aluna ANAIR MARLISE GRASSI MAYCÁ na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora



---

Professor João Rogério Sanson

Presidente

---

Professor Newton C. Affonso da Costa Júnior

Membro

---

Professor Roberto Meurer

Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, pela sabedoria de fornecer a oportunidade do estudo que é um dos melhores presentes da vida.

Ao meu esposo, Ingo, pelo amor, dedicação e força em finalizar mais esta etapa do nosso caminho.

Ao meu orientador, professor João Rogério Sanson, pelo apoio à monografia, pelo interesse e orientação, e pela atenção dedicada à minha pessoa.

Agradeço, ainda, a todos os colegas, pela amizade e incentivo, que indireta ou diretamente contribuíram para conclusão do presente trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho parte da análise da estrutura, comportamento e relações entre agentes seguradores e segurados no mercado segurador brasileiro. Teve origem pela necessidade de se avaliar a evolução do mercado de seguros e resseguros, apoiando-se firmemente na teoria da informação assimétrica. Determinados conceitos como risco e incerteza, o contrato de seguro, a lei dos grandes números, o *pool*, o perigo moral, a seleção adversa, assimetria de informação, o resseguro e etc. foram apresentados para um melhor entendimento do mercado de seguros.

Este trabalho é elaborado com base no estudo de técnicos especializados no ramo de seguros, efetuando-se uma apresentação das principais características da evolução histórica do mercado de seguros. E, em seguida, é analisado a configuração atual deste mercado com as possíveis tendências da abertura do mercado segurador para os próximos anos.

Observou-se, ao final do trabalho o fim do monopólio do resseguro, obstáculo principal para o pleno funcionamento do mercado de seguros em uma economia globalizada. É primeiramente apresentado o Instituto de Resseguros do Brasil ( IRB), órgão responsável pela regulamentação do resseguro e seguro brasileiro, é descrito sua fundação, seu funcionamento e por fim sua privatização. É feito a análise do papel do Estado como principal intervencionista no mercado de seguros, o Estado sempre foi, e ainda é hoje, fator de suma importância, para que as mudanças no setor concretizem-se de maneira que venha beneficiar o desenvolvimento do mercado de seguros.

# ÍNDICE

CAPÍTULO I – O PROBLEMA.....	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 Formulação da Situação-Problema .....	2
1.3 Objetivos.....	3
1.3.1 Geral .....	3
1.3.2 Específicos .....	3
1.4 Metodologia.....	3
CAPÍTULO II – OS CONCEITOS BÁSICOS DO SEGURO .....	5
2.1 Noções de Seguro .....	6
2.1.1 O Contrato.....	6
2.1.2 A Lei dos Grandes Números.....	7
2.1.2.1 A Definição de <i>Pool</i> .....	7
2.1.3 Classificação Simplificada dos Ramos Gerais de Seguro .....	8
2.1.4 Sinistro.....	8
2.2 Risco e a Incerteza .....	9
2.3 Pulverização do Risco .....	10
2.3.1 Definição de Cosseguro, Resseguro e Retrocessão.....	10
2.4 Imperfeição no Mercado .....	12
2.4.1 Assimetria de Informação.....	12
2.4.2 Seleção Adversa .....	13
2.4.2.1 O Perfil do Segurado .....	14
2.4.3 Perigo Moral.....	14
2.4.3.1 A Franquia.....	15
2.4.3.2 O Bônus.....	16
2.5 Conclusão .....	16
CAPÍTULO III - ESTRUTURA DO MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO.....	18
3.1 Trajetória do Mercado Segurador Brasileiro .....	18
3.1.1 Primeira Fase do Mercado de Seguros .....	18
3.1.2 Segunda Fase do Mercado de Seguro .....	20

3.1.3 Terceira Fase do Mercado de Seguros.....	21
3.2 O Quadro Atual do Mercado Segurador Brasileiro .....	24
3.3 Conclusão .....	26
<b>CAPÍTULO IV - O MERCADO DE RESSEGUROS .....</b>	<b>28</b>
4.1 Criação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) .....	28
4.2 O Processo de Estruturação Do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) .....	31
4.3 A Influência do Monopólio de Resseguros no Mercado Segurador Brasileiro.....	34
4.4 O Fim do Monopólio do IRB .....	35
4.4.1 O Processo de Privatização do IRB-Brasil Re .....	37
4.5 Conclusão .....	40
<b>CAPÍTULO V - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>VI - BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>43</b>

**LISTA DE TABELAS**

**TABELA 1 – Participação estrangeira no mercado segurador brasileiro.....26**

**TABELA 2 – Companhias resseguradoras com representação no Brasil.....39**



**FLUXOGRAMA**

**FLUXOGRAMA 1 – Classificação do procedimento do resseguro.....12**

## CAPÍTULO I – O PROBLEMA

### 1.1 Introdução

O mercado segurador brasileiro tem aumentado sua participação na economia nos últimos anos, conseqüentemente, também, tem aumentado as participações de companhias estrangeiras no mercado nacional. Com a globalização, as empresas estrangeiras querem investir num mercado que tem potencial de crescimento, como o mercado de seguros brasileiro. No mercado nacional as parcerias com empresas estrangeiras trazem para o Brasil novas opções de seguros. Esta movimentação é um fato novo no mercado segurador brasileiro.

Alguns anos atrás, os estrangeiros só podiam se associar com companhias brasileiras como acionistas minoritários, não podendo deter o controle das empresas. Desde a Constituição de 1988, há proibição do aumento de participações estrangeiras no setor financeiro. Mas, o presidente Fernando Henrique Cardoso facultou disposições transitórias que permitem a entrada de empresas estrangeiras, desde que a autorização seja concedida com base no chamado “interesse nacional”. A abertura do setor de seguros foi considerada prioritária. Junto desta abertura e a estabilidade econômica, o que ocorreu, desde então, foi centenas de milhões de dólares em investimentos diretos entrando no setor.

Contudo, para a globalização do mercado de seguros ficar completa, falta terminar com o controle de monopólio do resseguro no Brasil, exercido pelo IRB há 60 anos. O resseguro é uma operação em que uma seguradora, após assegurar um valor muito alto, protege-se do risco, diluindo o risco entre outras empresas.

No Brasil, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) foi criado em 1939, no governo de Getúlio Vargas, como uma sociedade de economia mista, com uma posição monopolista no mercado. O IRB foi criado com a finalidade de oferecer aumento da capacidade do mercado nacional de seguros, para buscar maior número de negócios na economia brasileira. Antes da criação do IRB as seguradoras brasileiras recorriam aos países estrangeiros para efetuar o resseguro.

Até os dias de hoje continua funcionando um regime de controle exclusivo exercido pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), com participações de capitais públicos e

privados em partes iguais. Em função de ser o operador único do resseguro, o IRB assumiu, também, funções normativas no mercado, em termos de obrigatoriedade de consulta das seguradoras, de resseguro, cosseguro ou retrocessão. Essa situação de única resseguradora brasileira deu ao IRB um volume de negócios, que o coloca entre as 30 maiores resseguradoras do mundo, hoje o IRB ocupa 35º posição do ranking mundial, dos 100 maiores grupos é o único do continente Latino-americano.

O governo brasileiro pretende privatizar o IRB, para isso preparou a empresa para a abertura do mercado, mudando a estrutura administrativa, vai viabilizar a compra das ações à disposição da iniciativa privada.

## **1.2 Formulação da Situação - Problema**

No Brasil, a discussão sobre o fim do monopólio do setor de resseguro tem seu impacto sobre a privatização de uma empresa pública e, também, sobre as medidas que serão necessárias ser tomadas para que o mercado de seguros não sofra com o fim do protecionismo exercido pelo governo. A preocupação da discussão, sobre a definição de novas regras, parte do princípio que as empresas seguradoras brasileiras não estão acostumadas com um mercado aberto e competitivo, principalmente em relação à participação das empresas estrangeiras no Brasil. As companhias nacionais têm pouca experiência com resseguro, porque estão habituadas a passar o risco para o IRB analisar, viabilizar e buscar um ressegurador com recursos financeiros.

A abertura do mercado tanto pode trazer benefícios quanto riscos para a sociedade brasileira. Com a internacionalização do resseguro, é fato que, o aumento de empresas estrangeiras participando no mercado brasileiro aumenta o risco, assim, como o segurador cumpre com as obrigações da apólice de seguros, é primordial que o ressegurador se responsabilize pelos sinistros cobertos, estabelecidos pelas condições acordadas no contrato de resseguro. Várias resseguradoras estrangeiras já estão instaladas no país. Estas estão apenas esperando o “sinal verde” para vir a efetuar negócios nesta área. Quanto mais demora a privatização do IRB, mais demora para o mercado nacional de seguros vir negociar e desenvolver novos segmentos com as grandes resseguradoras estrangeiras. A experiência das empresas estrangeiras traz vantagens competitivas de fornecer limites de

aceitação maiores do que os praticados nos dias de hoje, tem tecnologia de ponta e as parcerias com empresas fortes do mercado mundial. As parcerias com as empresas estrangeiras, também, traz a oportunidade de aumento da poupança interna nacional, viabilizando investimentos de longo prazo sem a necessidade de recorrer a empréstimos de longo prazo e sem a necessidade de recorrer a empréstimos externos ou com juros elevados.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Geral**

O objetivo geral, neste trabalho, é traçar em linhas gerais a evolução do mercado de seguros, dada a forte presença do Estado como regulador desse mercado e a relação ao fim do monopólio de resseguros.

#### **1.3.2 Específicos**

Os objetivos específicos pretendem:

- ◆ Apresentar conceitos relacionados com o seguro para fundamentar a pesquisa;
- ◆ Observar a estrutura do mercado de seguros e as diferenças comportamentais conforme a evolução desse mercado;
- ◆ Examinar o nível de influência exercido pelo monopólio do resseguros, no mercado de seguros, e a polêmica da privatização do Institutos de Resseguros do Brasil (IRB).

### **1.4 Metodologia**

O estudo analisa um importante segmento da economia brasileira, o mercado segurador brasileiro. A participação desta indústria na composição do Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 1999, foi de 2,4%, e, este mercado dá fortes indícios, de nos próximos anos, elevar sua participação no PIB através do aumento de parcerias internacionais e com a privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Num primeiro momento pretende-se expor, ao leitor, em linhas gerais, um referencial sobre a organização da estrutura do mercado de seguros, para melhor

fundamentar a análise do estudo do mercado de seguros. Este referencial tem como conteúdo conceitos importantes da microeconomia relacionada com o seguro, tais como, o conceito de escolha sob incerteza, tomada de decisão, redução de riscos, valor da informação, a lei dos grandes números, informação assimétrica e risco moral. Baseado em leituras, de autores especializados nos ramos de seguros, foram apresentados conceitos específicos do setor de seguro, como o contrato de seguro, o sinistro, a bonificação e outras especificidades de seguro. Também, baseado em importantes livros sobre o ramo, foram traçados, na segunda parte do trabalho, a evolução do mercado segurador brasileiro e o seu momento atual.

Na exposição da terceira parte do estudo, que trata das mudanças ocorridas desde a criação do IRB no governo de Getúlio Vargas até as mudanças estruturais recentes no governo de Fernando Henrique Cardoso, mudanças como o fim do monopólio do IRB e as mudanças institucionais do setor, baseiam-se nas leituras de periódicos, como jornais e revistas especializadas no setor de seguros.

## CAPÍTULO II – OS CONCEITOS BÁSICOS DO SEGURO

O estudo do seguro é importante na análise de uma das formas utilizadas pelos agentes econômicos para gerenciar riscos. Os agentes econômicos frequentemente tomam decisões nas quais existe a imprevisibilidade da ocorrência de acontecimentos desfavoráveis, isto é, a incerteza quanto ao futuro. Conforme descrevem Pindyck e Rubinfeld (1994, p.187), temos três maneiras de o agente econômico comportar-se diante da imprevisibilidade quanto ao futuro:

*“ O indivíduo que prefere um retorno garantido para um valor determinado, em vez de um investimento de risco cujo retorno corresponda ao mesmo valor, é denominado avesso a riscos. O valor máximo em dinheiro que uma pessoa avessa a riscos pagaria para poder evitar ter de assumir um determinado risco é o chamado preço do risco.*

*Aquele que se mostra indiferente entre investimentos de risco e o recebimento garantido do retorno esperado para tal investimento é denominado neutro ao risco. E o consumidor apreciador de risco preferiria um investimento de risco com um determinado retorno esperado, em vez do recebimento garantido de tal quantia.”*

Geralmente, os agentes econômicos demonstram-se avessos ao risco, sendo que este fato os conduzem a aplicar recursos para gerenciar riscos. Pindyck e Rubinfeld (1994, p. 193) examinam maneiras pelas quais os agentes econômicos normalmente reduzem seus riscos. São elas: diversificação, obtenção de informações adicionais à respeito de opções e desfechos e aquisição de seguro.

A diversificação é um modo onde o indivíduo pode evitar situações de risco, através da alocação de investimentos e esforços em uma variedade de atividades, cujos resultados não estejam relacionados entre si, conforme mostra Pindyck/Rubinfeld (1994, p. 194). O valor da informação, segundo Pindyck/Rubinfeld (1994, p. 198), refere-se a importância que determinada e limitada quantidade de informação tem para o valor esperado de uma

escolha, quanto mais completa for a informação maior é o valor da informação completa e os indivíduos pagarão por ela, para prevenirem-se contra os riscos.

Neste presente trabalho é desenvolvido um dos mais usados segmento de aversão ao risco, o estudo sobre o seguro. Souza (1997):

*“Ainda que o seguro não seja uma única maneira de proteção contra o risco, ele é escolhido principalmente pela sua operação econômica, isto é, o seguro atua sobre unidades do sistema econômico no que diz respeito a gerência de riscos econômicos através da segurança financeira idealizada cobrindo o risco do patrimônio individual ou coletivo dos agentes econômicos. A característica essencial desta modalidade de obtenção da tranquilidade individual e social dentro do sistema econômico é a sua necessidade constante do ponto de vista da realidade atual.”*

Neste capítulo serão apresentadas quatro seções onde se discorrerá sobre as especificidades do seguro. A primeira seção refere-se às noções básicas de seguro, como contrato de seguro, a lei dos grandes números, a definição do *pool*, a classificação do seguro e o conceito de sinistro. A segunda seção apresenta o conceito de risco e incerteza no ramo de seguro. A terceira seção é apresentado a pulverização do risco através dos conceitos de resseguro, cosseguro e retrocessão. A quarta seção refere-se as imperfeições no mercado, efetuando-se uma exposição sobre a assimetria de informação, seleção adversa e o perigo moral.

## **2.1 - Noções de Seguro**

### **2.1.1– O Contrato**

O seguro tem a finalidade de transferência do risco de um indivíduo para o segurador. O segurador assume uma obrigação pelo prêmio pago pelo indivíduo (o segurado). O contrato de seguro é conhecido como apólice de seguro, isto é, uma transação firmada através de documento que o segurador emite após a aceitação da cobertura de risco proposta pelo segurado. Na apólice de seguro vem discriminados os riscos assumidos pela

seguradora referente a uma determinada cobertura, podendo ser elas, cobertura de automóvel, casa, condomínio, empresa, vida, previdência, seguro de saúde, etc.

### **2.1.2 A Lei dos Grandes Números**

Com o número crescente de contrato de seguros realizados entre indivíduos e seguradoras, as companhias seguradoras têm a possibilidade de formar e aumentar seu fundo comum, isto é, seu recurso financeiro capaz de cumprir pagamentos diante dos segurados. Esta capacidade das companhias seguradoras de operar em larga escala, conforme Pindyck e Rubinfeld (1994, p.195), leva as companhias seguradoras a defrontarem-se com riscos menores.

A definição da *lei dos grandes números* têm a função de prever através do grande número de operações o quanto é provável o acontecimento de um determinado evento. A relação entre o número de casos verificados e o número de ocorrências prováveis têm a tendência de ficar constante, pela persistência do número de acontecimentos regulares em relação aos acontecimentos não previstos. Como observa Pindyck e Rubinfeld (1994, p. 210):

*“A lei de grandes números possibilita às companhias seguradoras oferecerem seguros atuarialmente razoáveis, para os quais os prêmios pagos são iguais aos valores esperados dos prejuízos contra os quais tais seguros são feitos.”*

#### **2.1.2.1 A Definição de Pool**

Conforme definição de Pindyck e Rubinfeld (1994, p.195), as companhias seguradoras realizam um *pool*, quando combinam um volume alto de recursos para atender um objetivo comum, defrontando-se, assim, com riscos relativamente menores.



### 2.1.3 – Classificação Simplificada dos Ramos Gerais de Seguro

O seguro abrange uma enorme gama de atividades econômicas exposto sempre a aumento de ocorrência de risco que formam a base de suas atividades, constituindo uma variedade de ramos de seguros classificados, principalmente, por dois grandes grupos de destaques: os seguros de ramos elementares e seguros de pessoas.

Os seguros de ramos elementares cobrem as responsabilidades, os danos e as perdas de prejuízos materiais ou patrimoniais e, o seguro de pessoas cobre morte por doença ou acidental, invalidez por doença ou acidental e despesas médicas e hospitalares.

As principais modalidades de seguro são: Seguro de Responsabilidade Civil, Aeronáutico, de Automóveis, de Cascos Marítimos (Embarcações), de Crédito à Exportação, de Fiança Locatícia, de Incêndio, de Lucro Cessantes, Seguro Obrigatório de Automóveis (DPVAT), de Obrigações Contratuais, de Renda ou Previdência Privada, de Riscos de Engenharia, de Riscos Diversos, Seguro Saúde, de Transportes, de Vida em Grupo e Individual, etc.

### 2.1.4 – Sinistro

Quando algum acidente acontece com o bem ou pessoa segurado na apólice ou no certificado de seguro e o risco está coberto pela apólice, é definido como sinistro. À partir deste momento entra em ação o papel do segurador e do segurado. O papel do segurador, é o de regular e cumprir com a obrigação assumida na apólice de seguro e, o papel do segurado é o de avisar o segurador sobre a ocorrência de sinistro, conforme consta no contrato de seguros. Compromete-se a cooperar para a regulação do sinistro, comprovando a ocorrência do mesmo e apresentando documentos necessários para a sua regulação.

O sinistro pode ser total, quando ocasiona a destruição ou o desaparecimento por completo do objeto segurado ou parcial, quando atinge somente parte do objeto segurado.

Conforme Alvim (1999, p.393):

*“Sinistro é apenas a realização do acontecimento previsto no contrato, independentemente de suas consequências.”*

A seguradora atua de forma a reparar, compensar e satisfazer o prejuízo de determinado bem ou pessoa, após a ocorrência do sinistro através da indenização. A indenização é a importância que a companhia seguradora deverá pagar ao segurado, no caso da efetivação de um risco coberto no contrato de seguro, conforme o valor estipulado na apólice. A indenização geralmente é paga em dinheiro ou com a própria reposição do bem.

## 2.2 - O Risco e a Incerteza

O conceito de risco é um dos elementos mais importantes para o conceito de seguro, é um dos conceitos básicos para o equilíbrio do mercado segurador. A ocorrência de acontecimentos que interferem em operações econômicas que não foram previstos podem provocar desequilíbrios no sistema, portanto o risco é um fenômeno especial para o universo econômico. O conceito de risco é na maioria das vezes definido como um acontecimento que não se está certo de sua ocorrência e que não depende da vontade dos agentes a sua ocorrência ou não. Conforme publicado por Alvim (1999, p. 215):

*“Pode-se conceituar, então, o risco segurável como o acontecimento possível, futuro e incerto, ou de data incerta, que não depende somente das vontades das partes.”*

O risco é uma possibilidade futura de algo acontecer, influenciada por outros fatos já realizados e não um fato concreto que já tenha acontecido.

Outro ponto importante para o entendimento da importância do seguro é o conceito de incerteza. A incerteza é a dúvida quanto à ocorrência de determinado evento se concretize ou não, esta incerteza pode acarretar o desequilíbrio de um sistema que leva à utilização de meios de obter tranquilidade em relação ao futuro. A incerteza difere do risco à partir do conceito de que na incerteza os indivíduos não têm noção da probabilidade de perda. Galiza (1997, p.22) citou Simonsen (1994, p.399):

*“Risco é enfrentar uma variável aleatória cuja distribuição de probabilidade é conhecida. Incerteza é lidar com outra variável aleatória cuja distribuição de probabilidade se desconhece.”*

Estas duas abordagens interferem no equilíbrio do mercado segurador, pois são elas que definem a existência da demanda e oferta dos produtos no mercado de seguros. É através do risco que se obtém o cálculo do seguro, baseado na lei de grandes números, conforme observado na primeira seção do presente estudo. O segurador pode obter a probabilidade de uma ocorrência acontecer e, através da incerteza ocorre a busca pelos agentes econômicos de se proteger contra determinado evento que venha a representar uma perda significativa no futuro.

## **2.3 - Pulverização do Risco**

A pulverização do risco é a divisão do prêmio pago pelo risco e pela distribuição e divisão das responsabilidades do risco, assumido pelo principal segurador e os demais seguradores, isto é, os resseguradores. A pulverização pode ser efetivada através dos contratos de cosseguro, resseguro e retrocessão.

### **2.3.1 – Definição de Cosseguro, Resseguro e Retrocessão**

Uma característica de suma importância na estratégia empresarial das empresas seguradoras é a transferência de riscos, conforme definido por Galiza (1997, p.52):

*“ No mercado de seguros, há dois mecanismos principais de transferência de risco para as seguradoras: o cosseguro e o resseguro.”*

O cosseguro é efetuado quando se pratica contrato de seguros vultosos. Quando determinado risco assumido é muito grande, esta operação é distribuída entre mais de um segurador num mesmo contrato de risco. Cada segurador assume uma quota, isto é, uma parte do montante total do seguro, também, é dividido o prêmio pago pelo segurado. Este

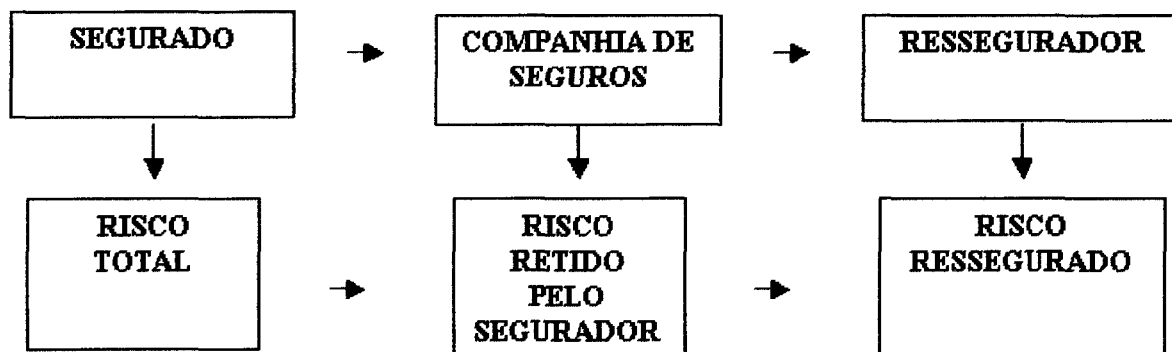
prêmio pago é repartido na proporção da quota de cada segurador. No contrato de cosseguro o líder é o segurador responsável pela divisão do cosseguro, o segurado trata diretamente com ele e, geralmente, é ele o responsável pela maior parte do cosseguro e pela administração da operação do cosseguro. Galiza (1997, p.52) observa:

*“No cosseguro o segurado entra em contato com a empresa cossegradora, podendo não aceitar determinada empresa.”*

Os seguradores têm a sua disposição outra operação para repartir entre eles as obrigações assumidas que ultrapassem a sua capacidade de retenção, o resseguro. O resseguro é a operação de transferência do excesso de responsabilidade de um segurador para o ressegurador. O segurador efetua esta operação quando o risco é maior que o limite de sua capacidade econômica de indenizar. No resseguro o segurador é o responsável pelo risco assumido diante do segurado, apesar de dividir a responsabilidade pelo risco. O segurado não tem relação direta com esta operação. Quando ocorre o sinistro a seguradora paga o sinistro para o segurado e depois reembolsa o prejuízo com o ressegurador, seu segurador. A ordem do procedimento do resseguro conforme descrito está representado no Fluxograma 1.

O resseguro tem a finalidade de facilitar operação para as seguradoras no que se refere a maior poder de absorver riscos para garantia de resultados, preservando a estabilidade econômica da seguradora.

**Fluxograma 1**  
**Classificação do Procedimento do Resseguro**



O ressegurador, também, trabalha com um limite de retenção de risco, quando os valores envolvidos nos contratos são tão altos que mesmo o resseguro necessita de cobertura, existe a ocorrência da pulverização do risco entre resseguradores. A pulverização do risco é feita entre resseguradoras internacionais e nacionais, a chamada retrocessão. Quanto maior o valor do contrato, mais necessário é o envolvimento de um grupo maior de empresas seguradoras.

## **2. 4 - Imperfeição no Mercado**

### **2.4.1 – Assimetria de Informação**

A informação assimétrica é uma característica do mercado de seguro e nela está fundamentada o comportamento do mercado de seguros. A informação assimétrica deve-se ao fato de que os agentes econômicos não conhecem perfeitamente todas as informações sobre o mercado e sobre os seus parceiros comerciais. Por exemplo, o comprador de um serviço tem menos informação sobre a qualidade do serviço do que o prestador do mesmo.

No ramo de seguro ocorre uma situação específica, pois geralmente os segurados (os consumidores de seguro) têm muito mais informação sobre o seu estado de saúde, por

exemplo, e sobre o fato de ocorrência de um determinado evento, do que o segurador (mesmo que a seguradora tome as precauções cabíveis).

Nesta seção será analisado a abordagem sobre a teoria de assimetria de informação, expondo de forma sintetizada o processo e os motivos desta estrutura no ramo de seguro.

#### 2.4.2. – Seleção Adversa

Aqui cabe observar uma imperfeição do mercado decorrente da assimetria de informação, a seleção adversa. As seguradoras ao verificar que os indivíduos têm taxas de riscos diferentes, têm dificuldade em definir a taxa correta a ser cobrada dos segurados. Conforme Pindyck e Rubinfeld (1994, p. 806):

*“As seguradoras por terem menor informação que o consumidor, defrontam com segurados de níveis de risco diferentes, se estas empresas presumem que indivíduos com maior probabilidade de ocorrência de sinistro procuram fazer seguro, isto faz com que as seguradoras elevem os preços dos prêmios dos seguros, podendo perder mercado. Afastando os indivíduos que tem a informação que dificilmente ocorrerá um fato não previsto por ele, mas se as empresas seguradoras oferecerem preços de seguro com base nestes indivíduos, e não tem como afastar os segurados de maior risco de adquirir o seguro, correrá o risco de ter prejuízo.”*

O segurado quando paga uma determinada quantia ao segurador pela garantia da cobertura de determinado risco, está pagando a quantia correspondente ao prêmio que forma o preço do risco. O cálculo do prêmio é baseado na função do risco, quanto menor a probabilidade da ocorrência do risco, menor será o prêmio que o segurado deverá efetuar para ter o risco coberto. A seguradora pode buscar diversas maneiras de diminuir o risco, como efetuar exames médicos nos segurados, pesquisar hábitos dos segurados e efetuar o perfil do segurado. Mas, as companhias seguradoras não têm como prever o comportamento do segurado no dia a dia, se este segurado tem a pretensão de efetuar o seguro e passar a não ter mais a precaução de preservar os seus bens ou seu estado já que está garantido pelo seguro.

#### **2.4.2.1 – O Perfil do Segurado**

As companhias de seguros na busca de diminuir a incerteza quanto ao risco, implantaram mais um aliado na informação do indivíduo que está contratando o seguro, o perfil. O perfil é direcionado para informações sobre o contratante titular do seguro e sobre seus hábitos diários. Por exemplo, no seguro de automóvel as perguntas mais comuns são sobre o sexo do principal condutor do veículo, idade, grau de escolaridade e se viaja frequentemente com o veículo.

As seguradoras utilizam o perfil, principalmente, na busca do melhor preço do prêmio de risco, porque dependendo das informações do perfil o prêmio do seguro torna-se mais caro ou mais barato.

#### **2.4.3 – Perigo Moral**

Outro tipo de deformação do mercado de seguro é o perigo moral, que é bem usual do mercado de seguros. O perigo moral refere-se ao comportamento dos consumidores no mercado de seguro após adquirir uma apólice de seguro.

As empresas de seguros quando dispõem de limitadas informações sobre seus segurados correm o risco de determinado segurado passar a ter mais incidência de sinistros após adquirir a apólice de seguro. Esta maior incidência de sinistros acaba alterando a estatística de probabilidade de eventos e interferindo no preço dos prêmios das apólices. Para evitar o risco de perder mercado as companhias de seguros têm que impor regras para a comercialização de seus produtos, cláusulas estas que tenham a função de limitar o comportamento de seus segurados, isto é, o abuso do uso do seguro por parte do segurado para beneficiar-se em causa própria. O perigo moral é um risco constante para as companhias de seguros, pois este controle do comportamento individual dos agentes econômicos não é muito viável pela assimetria de informações, conforme ressalta Pindyck/Rubinfeld (1994, p.818), no exemplo do seguro automóvel:

*“O problema do risco moral surge porque se torna difícil para a companhia seguradora o monitoramento dos hábitos individuais de utilização do automóvel; o prêmio do seguro não é calculado em virtude de milhas percorridas.”*

As principais formas de prevenção contra o risco é a exigência de vistoria do local do risco ou do objeto segurado, a participação do segurado no risco (franquia), o direito a bonificação, etc.

#### **2.4.3.1 – A Franquia**

Uma característica do prêmio é a franquia, que corresponde a participação do segurado definido de modo contratual e legal no risco. A franquia é um valor inicial da importância segurada, pelo qual o segurado fica responsável como segurador de si mesmo. Existem dois tipos de franquia segundo Galiza (1997, p. 50):

*“ A franquia simples, a seguradora ou o segurado pagam, a seguradora paga integralmente os prejuízos desde que estes não ultrapassem a franquia estabelecida. A franquia dedutível, o segurado ou o segurado e a seguradora pagam, isto é, o segurado se responsabiliza integralmente pelos prejuízos até a franquia e, para os valores acima dela, a seguradora paga os prejuízos mas deduz o valor da franquia. Através desta assimetria, intenta-se a prevenção contra fraudes. Caso o segurado, na franquia dedutível, perdesse a responsabilidade para valores acima da franquia, ele poderia ser “tentado” a sempre aumentar os seus prejuízos, não participando então nunca com alguma despesa.”*

A franquia é uma forma de diminuição do risco contra a imprevisibilidade do comportamento do segurado e dos acontecimentos, a franquia disciplina o comportamento do segurado na medida em que este tem uma participação, em algum acontecimento não previsto, evitando com que o segurado por qualquer motivo acione sua apólice de seguro.



### **2.4.3.2 - O Bônus**

A bonificação é um direito adquirido pelo segurado quando efetua um contrato de seguro, à partir do momento que o segurado passa a renovar seu contrato de seguro e apresenta durante o período de vigência uma experiência satisfatória passa a ter desconto especial, em cada renovação do contrato de seguro. Determinadas companhias de seguros concedem, ainda, com a bonificação o desconto fidelidade, isto é, se o segurado além de não ter utilizado as coberturas contratadas passa a renovar o contrato de seguro com a mesma seguradora, ele tem o direito a mais descontos no prêmio do risco.

### **2.5 - Conclusão**

A teoria da informação assimétrica oferece um referencial substancial no entendimento dos fatores que compõem as relações contratuais dos agentes econômicos, referente a aquisição de um contrato de seguro, na medida em que permite analisar sob a ótica do risco as dificuldades e relevâncias ocorridas no processo de compra e venda de seguros. A análise dos fatores que, em conjunto, sustentam a composição das transações nas organizações do seguro, além de avaliar o procedimento do seguro tem, também, a função de expor táticas estratégicas, relacionadas à competitividade das empresas seguradoras. A questão sobre os limites de informações e a especificidade do risco envolvido são determinantes para a natureza da transação considerada eficiente, ou seja, a de menor risco.

Pindyck e Rubinfeld (1994) mostram que na medida em que os agentes conseguem estabelecer informações, se reduz e elimina comportamentos oportunistas dos agentes econômicos e, as operações se realizam em níveis elevados de eficiência. Para que isto ocorra é necessário que os riscos sejam talvez até compartilhados e que o grau de interdependência seja conhecido pelas partes, como ocorre no resseguro. Quando atingido, este grau de maturidade na operação, as empresas seguradoras estarão com maior grau de eficiência e experiência, podendo até desenvolver outros tipos de seguros, além dos mais utilizados, tendo maior sucesso em relação as empresas seguradoras que não desenvolvem maneiras de prever acontecimentos ou de se proteger deles.

Mas o que se pretende não é efetuar análises sobre estratégias competitivas e sim efetuar um parecer sobre o desenvolvimento do seguro no Brasil, bem como a alavanca para o seu desenvolvimento, abertura do mercado através do fim do monopólio do resseguro.

## CAPÍTULO III - ESTRUTURA DO MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a estrutura do mercado segurador brasileiro, bem como sua trajetória ao longo dos anos e sua tendência à abertura de mercado.

O mercado segurador brasileiro tem sido marcado por um longo período de intervenção do Estado, com a finalidade de proteger as margens de lucro do mercado segurador e de estabilizar o mercado. Após este longo período de intervenção, com a ocorrência de graves crises na economia, o mercado segurador foi obrigado a reformular as estratégias de operação no mercado. E, hoje em dia, sua principal característica é a globalização.

O desenvolvimento da abertura do mercado segurador brasileiro é composto de quatro elementos básicos: a diferenciação competitiva, a prestação de serviço, novos canais de comercialização e reorganização no mercado. Esta análise, em termos de operação, envolve especificamente as seguradoras e as resseguradoras. Cabe, aqui, ressaltar que o intuito deste capítulo é relacionar a evolução do seguro no Brasil com a análise de relações entre agentes econômicos, hoje em dia, e da necessidade de reformulação das operações do seguro para o acompanhamento com o mercado de segurador mundial.

### **3.1 – Trajetória do Mercado Segurador Brasileiro**

#### **3.1.1 – Primeira Fase do Mercado de Seguros<sup>1</sup>**

O início da prática do seguro no Brasil é marcada pela independência do Brasil e pela vinda da família real portuguesa em 1808, neste período o príncipe regente Dom João VI assina o decreto que permite a abertura de uma seguradora no Brasil e, posteriormente, foi seguido pelo funcionamento de outras seguradoras.

---

<sup>1</sup> Texto baseado na obra de Alvim (1999).

A regulamentação do mercado nesta época era regida pelas leis de Portugal, representado pela Casa de Seguros de Lisboa instalada no Brasil. A principal atividade do setor do seguro era o seguro marítimo e os contratos de câmbio marítimo feitos pelos compradores de produtos coloniais. Assim, assinala Alvim (1999, p. 50):

*“Não há notícias sobre operações terrestres, nem existência de seguradoras nas principais praças; tudo leva a acreditar que suas operações eram limitadas ao seguro marítimo.”*

Após a independência do Brasil em 1822, as Companhias Seguradoras, também, poderiam ser regulamentadas por outras leis, de outros países, além de Portugal. Em 1850, acontece a promulgação do Código Comercial Brasileiro, que inicia a regularização do seguro marítimo brasileiro. Em 1853 é fundada a primeira sociedade de seguros terrestres, chamada de *“Interesse Público”*, e em seguida foram fundadas outras sociedades de seguros como as de vida.

No ano de 1855, passaram a entrar em funcionamento outras companhias seguradoras estrangeiras. Nessa época as Companhias Seguradoras desenvolveram, principalmente, os seguros marítimo, incêndio e vida. O crescimento do setor de seguro fez com que, no Segundo Reinado em 1860, o governo passasse a regulamentar o setor. Entre 1860 e 1913 entraram no mercado várias seguradoras internacionais no Brasil. Este fato marcou a diversificação de investimento no seguro e a diversificação de ramos de seguros assim como a regulamentação de normas contratuais nestes novos ramos.

Em 1889, com a predominância das seguradoras internacionais, o governo passou a regular a entrada de seguradoras estrangeiras no mercado brasileiro, passando até a proibir a entrada de algumas Companhias de Seguros. Nos anos seguintes a concorrência com as seguradoras estrangeiras era complicada, pois estas podiam aceitar qualquer tipo de risco, transferindo parte das responsabilidades para o exterior e as nacionais não estavam estruturalmente preparadas para atender grandes responsabilidades. Este fato, impedia o crescimento das seguradoras brasileiras, porque quando o risco era de valor elevado às empresas nacionais, tinham que repassar as empresas estrangeiras o risco, perdendo a oportunidade de captar negócios com prêmios elevados.

### 3.1.2- Segunda Fase do Mercado de Seguro<sup>2</sup>

Em 1932 inicia-se a segunda parte da evolução histórica do seguro, quando o governo, finalmente, resolveu intervir no privilégio das empresas estrangeiras, de repassarem sem nenhum impedimento as operações para suas matrizes fora do país. O grande movimento nacionalista deu-se em três de abril de 1939, com a criação do Instituto de Resseguros do Brasil, o IRB, este movimento marca o incentivo do desenvolvimento de um mercado segurador nacional. Conforme cita Galiza (1997, p.02):

*“Esta medida não é um fenômeno isolado da economia pois, com o governo Vargas, são tomadas uma série de ações ligadas ao incentivo da indústria nacional. O IRB, torna-se um órgão muito importante para o mercado de seguros do país, com sua política de favorecer as seguradoras nacionais.”*

As seguradoras nacionais, mesmo com um patrimônio pequeno comparado com outras seguradoras estrangeiras, poderia assumir riscos maiores, pois poderiam passar parte do risco ao ressegurador local, o IRB. O Instituto de Resseguros torna-se o ressegurador único no país, passando, também, a desenvolver normas com padrões técnicos regulando em diferentes atividades do mercado de seguros.

No período de 1939 a 1963, ocorreu um período de forte expansão do seguro. Devido a este crescimento do setor, foi criada a Fundação Escola Nacional de Seguros (FUNENSEG), com o intuito de formar profissionais brasileiros nesse mercado.

A partir de 1966, o Estado implantou uma estrutura mais sistemática no mercado segurador, o setor público tornou-se mais presente como regulador do mercado de seguros. O governo militar reforma o setor de seguros com a criação do Sistema Nacional de Seguros Privados com a finalidade de melhorar a qualidade, a solidez e a credibilidade do mercado de seguros, este sistema era formado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privado (SUSEP), pelo IRB e, também, pelas

---

<sup>2</sup> Texto baseado na obra de Alvim (1999).

Companhias Seguradoras e pelos corretores. A finalidade de implantação destes órgãos era de estabelecer as diretrizes do mercado de seguros.

### **3.1.3 – Terceira Fase do Mercado de Seguros<sup>3</sup>**

Em 1970, o Estado observa o fato de haver muitas seguradoras com pouco preparo para o mercado de seguros e com custos operacionais elevados. Através de decretos, o governo tenta incentivar os processos de fusões das empresas seguradoras, para obter ganho de escala com empresas maiores. Ocorre nesta época a entrada de bancos no mercado de seguros, através de compra de seguradoras ou pelo convênio com empresas seguradoras. Verificou-se que essa entrada dos bancos no mercado de seguros concedeu outra dinâmica à comercialização de seguros, aproximando mais os consumidores para a realidade do mundo dos seguros. Mas, a entrada de bancos no mercado de seguros prejudicou muitas seguradoras pequenas, que não tinham como concorrer com a capacidade técnica de seguradoras maiores e com maiores recursos financeiros decorrentes das associações feitas com os bancos. Nessa época muitas delas encerram suas atividades.

Com a saída do governo militar em 1985, o mercado de seguro apresentava-se com um quadro estabilizado devido à postura intervencionista do Estado. As tarifas do seguro eram padronizadas, não podendo haver diferenças na comercialização, e na prática os preços dos seguros eram elevados e, também, era proibida a entrada de empresas estrangeiras. Devido a esta proteção por parte do governo, as Companhias Nacionais não tinham nenhum interesse em desenvolver o setor de seguros.

Em 1986, com a inflação em alta o governo Sarney lançou o Plano Cruzado, cuja característica principal era o congelamento de salários e preços. Mas os salários encontravam-se elevados antes do congelamento e as taxas de juros tinham diminuído, portanto não estimulavam a poupança e sim provocavam o aumento de consumo. Esta “maré” de consumo permitiu o crescimento de prêmio de seguro e estimulou o investimento no mercado. Mas, após um determinado período, o congelamento de salários e preços fez com que o consumo voltasse a cair provocando uma queda de consumo, também, no mercado de seguro. A lucratividade das seguradoras consequentemente

---

<sup>3</sup> Texto baseado na obra de Ciarelli (1995).

diminuiu, provocando uma queda na produtividade e nos custos de produção, bloqueando o crescimento do mercado de seguros.

No final do ano depois das eleições, com o término do congelamento, o governo instituiu um grande aumento tributário sem permitir o ajuste dos preços, prejudicando mais uma vez a lucratividade das seguradoras. Em 1987, o ajuste dos preços foi permitido junto com o ajuste salarial e a inflação teve um aumento estrondoso. As seguradoras nessa época faziam remarcações de preços sem aumentar a produção, na tentativa de manter suas margens de lucros. Porém, muitas seguradoras que não conseguiram manter suas margens de lucros e tiveram que fechar. Nesse ano de 1987, tornou-se impossível o crescimento do mercado segurador.

Em 1988, tem-se a continuidade da crise com insegurança total, a economia encontrava-se completamente indexada e para pagar o déficit público o governo era pressionado a emitir dinheiro. Com essa crise o mercado segurador teve uma queda bruta na produção. Mas, apesar de toda a crise no sistema econômico, no ano de 1988, ocorreram mudanças na política do seguro. Mudanças como a liberalização do prêmio e a diminuição da responsabilidade da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), na introdução de produtos diferentes na indústria. Estas mudanças estimularam um melhor atendimento aos clientes, estimularam, também, investimentos por parte das seguradoras em estruturas mais capacitadas, com mais tecnologia e investimentos em produtos novos.

Em 1989, com o Plano Verão uma tentativa de congelamento de preços para diminuir a inflação fracassou, com a liberalização de preços e salários fizeram com que a inflação voltasse a subir. Em 1990, com a inflação, ainda em alta, os consumidores procuravam proteção em um momento de crise, tentavam investir o dinheiro para não ocorrer perdas beneficiando o mercado de seguros, pois aumentou a procura por seguro e as taxas de juros aplicadas eram altas.

No Plano Collor, ocorreu o encolhimento do Estado, a política de importação, o confisco dos ativos financeiros e prefixação dos preços. No mercado segurador refletiu em crise com taxas de juros baixas. Essa crise dificultava os ganhos financeiros, dificultava o pagamento de dívidas e de sinistros. Apesar das dificuldades, as empresas seguradoras investiram em carteiras com pequena participação no mercado, alterando o modelo do mercado segurador. Essa alteração do modelo provocou a diminuição da comercialização

dos seguro na área industrial e aumentou no ramo de seguro pessoas, fazendo com que mesmo em um ano recessivo o setor de seguros apresentasse crescimento. Com o impeachment do Presidente Collor e com o governo do presidente Itamar Franco pode-se verificar as conseqüências das mudanças do modelo do mercado segurador ocorridas anteriormente, esta nova dinâmica provocou aumento da competitividade com a permissão de entrada de novas empresas no mercado, o fim da padronização do produto, alterou, também, o preço praticado e por fim provocou a expansão de carteiras não tradicionais no mercado como a de saúde, vida e previdência privada.

O início da transição do mercado segurador brasileiro deu-se por volta de 1992, com o Plano Diretor do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Complementar. Esse plano buscava aperfeiçoar a legislação e promover o começo de um processo de liberalização e modernização do setor. Foi decretada a liberdade tarifária do mesmo, cada empresa poderia cobrar o preço desejado e estabeleceu-se a liberdade para escolha de índices de atualização monetária da indenizações. Nessa fase, o mercado tem maior flexibilidade das normas para a formulação de produtos e para as empresas. Além do capital para investimento era, também, necessário a reformulação de companhias para otimizar processos. As grandes companhias tiveram maiores chances de trabalhar de forma efetiva com um número maior de carteiras, porque as grandes Companhias Seguradoras tinham maiores chances de avaliar o mercado. Estas Companhias, com uma maior estrutura para atender os consumidores, podiam estipular preço para determinado risco e possuíam maiores canais de divulgação do produto. As grandes Companhias comercializavam em todos os setores do seguro, tornando o mercado oligopolizado. Uma característica importante nesse quadro de oligopólio é o desenvolvimento de novas seguradoras, que buscavam entrar no mercado, desenvolvendo um segmento, ainda, não explorado ou pouco explorado pelas grandes seguradoras, onde se verifica vantagens competitivas.

A liberação do mercado de seguros, também, provocou o aumento de entrada de novas companhias neste período, verifica-se um grande número de empresas atuantes no mercado, possibilitando um maior desenvolvimento do setor decorrente do acirramento da competitividade.



### 3.2 – O Quadro Atual do Mercado Segurador Brasileiro<sup>4</sup>

O mercado segurador apresenta-se, hoje em dia, com características bastante diferentes daquelas características de uma década atrás. Hoje, o consumidor interessado em efetuar qualquer tipo de seguro pode escolher a seguradora que lhe apresentar a melhor proposta em termos de garantias e prêmios. Isto leva cada vez mais as seguradoras a se aperfeiçoarem no atendimento e diversificarem seus produtos. Uma característica importante desta evolução é o seguro sob medida, isto é, as seguradoras oferecem apólices adaptadas diante da necessidade de cada cliente, com coberturas específicas para os riscos de cada segurado. O aperfeiçoamento e o desenvolvimento da concorrência fez com que os preços praticados no mercado de seguros diminuíssem. Hoje em dia, o custo para contratar seguros simples com maior número de coberturas sai muito mais barato que antigamente, quando pagava-se um prêmio maior pela apólice com menos cobertura.

A evolução do seguro provocou o avanço da qualificação profissional, a necessidade de profissionais qualificados veio da necessidade da seguradora ter uma gerência de risco. Atualmente, as seguradoras contratam especialistas em riscos nos seus quadros, não só para pagar menos prêmio, mas para, também, manter a continuidade dos negócios e para proteger-se contra acidentes. Outra característica da modernização do mercado nacional de seguros é a organização dos corretores como categoria profissional, isto os torna mais qualificado para o acompanhamento das negociações para a contratação de seguros.

Em 1996, o governo permitiu a entrada de empresas estrangeiras desde que a autorização fosse concedida no chamado "*interesse nacional*", a abertura do mercado foi considerada prioritária para a entrada de investimento internacional direto no mercado de seguros. Uma série de leis e medidas adotadas e em tramitação no governo influenciaram na mudança estrutural do mercado de seguros, uma das mais importantes é a quebra do monopólio do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), que coloca o mercado segurador brasileiro em processo de globalização. Com o fim do monopólio do IRB, as seguradoras nacionais vão poder negociar livremente seus excedentes em um mercado aberto. Outra

---

<sup>4</sup> Texto baseado na obra de Galiza (1997).

medida importante foi a liberação da iniciativa privada para administrar e comercializar os seguros obrigatórios, principalmente no ramo de acidente de trabalho que era controlado por empresa estatal. A aprovação do novo Código Nacional de Trânsito, com leis de penalidades altas e modernas ajudam na prevenção de acidentes de trânsito, auxiliando na gerência de risco no ramo de automóveis. O avanço tecnológico é uma característica atual do mercado, fornece ao país melhor estruturação, facilitando as seguradoras o uso de sistema mais moderno de comunicação, que propicia as seguradoras a ficarem em contato com as novidades mundiais, como o sinal via satélite, internet, fibra ótica, intranet, etc.

A internet é o principal meio de comunicação em expansão no mercado segurador, está sendo utilizada pelas seguradoras como um instrumento de apoio operacional para tornar dinâmico o contato entre seguradores, corretores e segurados, buscando a melhoria no atendimento e agilizando o processo burocrático com a diminuição dos custos.

As empresas estrangeiras olham o mercado nacional de seguros como promissor, um mercado, ainda, pouco explorado e propício a seguros aos olhos dos estrangeiros.

O Brasil é privilegiado pela natureza, não há maremotos, terremotos, furacões e outros fenômenos da natureza que costumam atingir outras partes do mundo.

O principal mecanismo de entrada de empresas estrangeiras nas indústrias de seguros é por meio de fusões e aquisições de empresas que já atuam no mercado, faz com que as seguradoras nacionais capitalizem mais recursos, principalmente as ligadas às instituições financeiras, que possuem maior solidez patrimonial, contribuindo, assim, para que algumas destas possam se preparar e encarar a exposição do mercado brasileiro às empresas estrangeiras entrantes.

O aumento nos últimos anos da participação estrangeira é demonstrado na Tabela 1. Pode-se verificar que o aumento da entrada das empresas estrangeiras cresce, principalmente, no últimos anos. Isso decorre da política do governo referente à abertura do mercado, decretada em 1996.

Tabela 1

**Participação Estrangeira no Mercado Segurador Brasileiro**

	1994		1995		1996		1997		1998	
<b>Capital</b>	<b>Prêmio R\$</b>	<b>Part.</b>	<b>Prêmio R\$</b>	<b>Part.</b>	<b>Prêmio R\$</b>	<b>Part.</b>	<b>Prêmio R\$</b>	<b>Part.</b>	<b>Prêmio R\$</b>	<b>Part.</b>
<b>Estrangeiro</b>	504.254	4,16%	869.796	6,19%	956.294	6,33%	3.299.313	17,94%	4.858.942	25,05%
<b>Nacional</b>	11.605.618	96%	13.175.898	94%	14.154.837	93,67%	15.095.685	82,06%	14.536.338	75%
<b>Total</b>	12.109.935	100%	14.045.692	100%	15.111.131	100%	18.394.997	100%	19.395.279	100%

Fonte: Fenaseg, (1999).

Obs.: Os números apresentados estão em valores nominais.

**3.3 – Conclusão**

Vários fatores influenciaram as diferentes etapas do mercado de seguros brasileiro. Verificou-se sobre vários aspectos, que as diferenças se destacam pela intervenção ou não do governo.

Ao longo de 50 anos até 1986, a atividades de seguros foi protegida pelas ações do governo, as seguradoras não precisavam se especializar, pois a retenção das seguradoras eram pequenas, parte dos riscos assumidos era repassado para o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) e as seguradoras recebiam de volta comissões generosas, como cedente de riscos baixos. Apesar do crescimento da concorrência interna, a atividade de seguro mantinha seu desempenho estagnado.

A partir dos anos 80, com a desregulamentação das tarifas dos seguros este quadro de estagnação começou a mudar lentamente, as seguradoras nacionais ligadas a bancos cresciam em relação às seguradoras independentes e as seguradoras estrangeiras perdiam espaço, devido a esse fato as empresas seguradoras não preocupavam-se com ganhos de produtividade ou com a diferenciação dos produtos, pois obtinham lucros com as vantagens competitivas e proteção do Estado.

O processo de modernização pode ser verificado desde meados de 1992, o cenário vem se modificando com enorme rapidez e introduzindo novos conceitos, como ganhos de

eficiência e redução de custos, gerando mudanças conjunturais e estruturais, obrigando as empresas seguradoras adotarem posturas diferentes, diante de um mercado globalizado, que exigem inovadoras formas de administração, baseados em amplos aspectos de divulgação do produto e pensamento estratégico.

## CAPÍTULO IV - O MERCADO DE RESSEGUROS

A proposição deste capítulo consiste na apresentação de um segmento importante na estrutura do mercado de seguros, o resseguro.

O resseguro no Brasil sempre foi representado pelo projeto de monopólio do resseguro, com a criação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) da “era Vargas”, controlado pelo governo. Mas, hoje, se apresenta em processo de privatização, desde 1994, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou o fim da presença estatal em setores da economia.

Este capítulo é dividido no processo de criação e estruturação do IRB, de acordo com a estrutura comportamental apresentada no capítulo III; a influência do IRB para o mercado segurador brasileiro e o processo de privatização do IRB e suas consequências.

### **4.1 – Criação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)<sup>5</sup>**

O período que precede a criação do IRB é um período conturbado para o mercado de seguros, conforme exposto no capítulo II. As empresas estrangeiras com maior capital para investimento dominavam o mercado, provocando a vida curta e o não desenvolvimento das empresas nacionais.

Na Revolução de 30, o governo começa dar indícios de regulador do mercado de seguros ao trazer o fim do privilégio das Companhias Estrangeiras, com a criação, da lei que acaba com o regime de exceção, igualando as empresas estrangeiras, nacionais, antigas e novas.

Em 1934, os debates constituintes estavam em torno da nacionalização dos bancos de depósitos e das Companhias de Seguros, os debates tinham como objetivo diminuir a remessa de prêmio de resseguros e seguros para o exterior.

O principal resultado dos debates foi a instituição do decreto obrigando todas as Companhias de Seguros Estrangeiras, que operavam no país a constituírem-se em sociedade brasileira e todas as empresas estrangeiras deveriam ter pelo menos um brasileiro nato no membro da diretoria.

---

<sup>5</sup> Estudo baseado nas obras de Alvim (1999) e Motta (1998).

Em 1935, é apresentado um projeto para a criação de um órgão ressegurador, o Banco Nacional de Resseguros (BNR), com o objetivo de regular o resseguro brasileiro, mas este projeto é rejeitado pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara dos Deputados, tentando guiar-se pelo modelo de países estrangeiros, que tinham deixado a iniciativa privada responsável pela negociação do resseguro.

No ano seguinte, em 1936, é feita uma nova tentativa para a criação de um órgão autárquico regulador do resseguro no Brasil, o Instituto Federal de Resseguros do Brasil (IFRB), este projeto fazia parte do programa de nacionalização, o projeto apresentava a interação da iniciativa privada com o Estado para a solução da exploração das operações de seguros por parte das empresas estrangeiras, com vantagem competitiva no mercado de seguros.

As empresas estrangeiras, durante os anos 30, controlavam o desenvolvimento do mercado segurador brasileiro através do poder barganha do resseguro, estas recebiam a maior parte do repasse do resseguro, devido a falta de condições financeiras das seguradoras nacionais de suportar riscos elevados.

A maior preocupação com a suposta criação do IFRB era com o monopólio do resseguro nas mãos do Estado, pois ele como controlador poderia obrigar a compra de produtos.

Mas em 1937, todas as esperanças de criação do IFRB falharam, com a decretação do Estado Novo, foi cancelada a tramitação do IFRB.

O cancelamento do projeto do IFRB, deu lugar ao art.145 da nova Constituição que regulamentava a lei de prazos para as empresas de seguros que já atuavam no país.

Conforme cita Alvim (p.132, 1999):

*“ As empresas operantes em território nacional eram obrigadas através do art.145 ter brasileiros como acionistas e as novas empresas seguradoras só entrariam em funcionamento se também tivessem a participação de brasileiros como acionistas.”*

O projeto do IFRB é novamente posto em ação no ano de 1938 e, é devolvido para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, encaminhado para uma revisão ao Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC).

Em 1939, com o projeto reformulado e com condições favoráveis da conjuntura externa, o projeto IFRB é aprovado com o nome de Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), instituído pelo Decreto-Lei número 1.186, do Governo Federal, datado de 3 de abril de 1939.

O IRB foi instituído com a finalidade principal de evitar a evasão de divisas e fortalecer o mercado interno, regulando o resseguro no país e desenvolvendo as operações de seguros em geral. O IRB poderia receber os resseguros obrigatórios e os facultativos do estrangeiro e do Brasil.

A lei instituidora do IRB, de acordo com os princípios de organização racional do trabalho, estabeleceu que ao início de suas operações se antepusesse um período de estudos, planejamento e implantação física.

A definitiva instalação do IRB foi registrada em 3 de abril de 1940, um ano depois da emissão do Decreto-lei número 1.186. A administração do IRB foi composta por um presidente com o apoio de seis membros, o chamado Conselho Técnico. O presidente e três membros eram escolhidos e nomeados pelo governo e os outros três membros eleitos pelas companhias seguradora. Os demais cargos do IRB eram escolhidos através de concurso de habilitação supervisionado pelo governo.

O capital era dividido em duas classes de ações. As ações de classe A, que correspondia ao valor de 70% do capital, subscritas por instituições de previdência social e as ações de classe B, correspondente ao valor de 30% do capital, subscritas compulsoriamente pelas Companhias Seguradoras, sendo, assim, todas as companhias que quisessem iniciar suas operações no Brasil teriam que possuir ações da classe B.

O IRB, também, poderia agir como retrocedente, isto é, transferir parte do riscos pelas Companhias Seguradoras Nacionais ou transferir para o exterior.

O primeiro presidente do IRB nomeado pelo presidente da república Getúlio Vargas foi João Carlos Vital. Ele era especializado em estudos estatísticos e atuarias, formado em engenharia civil, já tinha sido diretor da seção demográfica do Departamento Nacional de Estatística e em 1934 tinha sido chefe de gabinete do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Salgado Filho.

Em 1941, deu-se início a obra do edifício-sede do IRB, com um projeto modernista caracterizando um marco na arquitetura moderna brasileira, projetado pelo escritório de

arquitetura dos irmãos Roberto, Milton e Marcelo Roberto, o M.M.M. Roberto. O edifício do IRB foi inaugurado em 1942, com um poder simbólico de uma instituição moderna, criada dentro do espírito renovador do Estado Novo.

#### 4.2 – O Processo de Estruturação Do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)<sup>6</sup>

Após ser aprovado a implantação do IRB, pelo Decreto-lei número 1.805, uma das principais tarefas foi elaborar o estatuto do órgão. A elaboração do estatuto do órgão tinha como finalidade indicar as obrigações das sociedades de seguros. Conforme descreve Motta (1998, p.117), sobre o Art. 4º:

*“As seguradoras que operavam no país eram obrigadas a: ressegurar no instituto 20%, no mínimo, da responsabilidade que houvessem assumido em cosseguro; dar ao instituto, com pré-aviso de 90 dias, conhecimento das novas modalidades de seguros que pretendessem explorar; e exhibir aos funcionários devidamente autorizados pelo presidente seus livros e demais documentos que interessassem ao IRB.”*

Outra tarefa importante, além de elaborar o estatuto do órgão, o IRB tinha que obter informações para orientar-se no mercado com a finalidade de traçar o quadro geral do mercado de seguros brasileiro. O IRB buscava informações sobre as Companhias Seguradoras operantes no mercado nacional, onde atuavam as sedes destas companhias, como eram organizadas, quais as modalidades e ramos de seguros que atuavam e, principalmente, os ramos em que exerciam o resseguro.

Em 7 de março de 1940, foi publicado o Decreto-lei número 2.603, este decreto fundamentava as normas para fiscalização e operação das sociedades seguradoras no Brasil. A principal norma do Decreto, número 2.603, foi a de restrição da entrada de mais empresas estrangeiras no mercado nacional, e a proibição de exploração de outros ramos de seguros além dos já praticados.

---

<sup>6</sup> Estudo baseado na obra de Motta (1998), Bidino (1998), Costa (1998), Galiza (1998), Gomes (1994) e Jeronymo (1997).



Em 3 de abril de 1941 foi o marco do funcionamento do IRB. Nesse ano foi criado o Decreto-lei número 3.172, que tornou compulsório a participação das seguradoras nacionais nos cosseguros relativo a contratos de seguro contra incêndio acima de um determinado valor, sendo que não era permitida a participação das Companhias Estrangeiras. Elas tinham que ceder pelo menos 30% dos contratos para as nacionais. Este Decreto número 3.172, mostrou o verdadeiro papel do IRB de reverter o lucro do resseguro para o mercado nacional.

No mês de outubro de 1941, para organizar as seguradoras na nova estruturação do mercado interno brasileiro de seguros, o IRB determina a obrigatoriedade da aceitação das retrocessões pelas seguradoras instaladas no Brasil, através do Decreto-lei número 3.784.

O decreto número 3.784 não agradou em nada as empresas estrangeiras, porque tornaram-se obrigadas a repassar seus seguros antigos. As empresas estrangeiras não podiam renovar seus resseguros e seguros sem ceder no mínimo 50% de participação as empresas nacionais em seguros novos. Este decreto, comprovou a eficiência do IRB como grande regulador do mercado de seguros, através do esquema operacional buscava reter ao máximo receitas de operações de seguro da capacidade do mercado interno, era transferido para o exterior somente o que não tinha capacidade operacional dentro do país.

Em 29 de outubro de 1945, ocorre a deposição do então presidente Getúlio Vargas e em dezembro de 1945 é eleito o governo do general Eurico Gaspar Dutra. Com a implantação do novo governo de Dutra foram feitas diversas mudanças nas áreas de atuação do IRB. As principais transformações introduzidas no suporte legal do IRB estavam relacionadas com a questão de representação do setor privado na instituição, foi estabelecido a igualdade de direito entre os dois tipos de acionistas, os institutos de previdência (classe A), antes tinham direito a 70% das ações, e as seguradoras (classe B), com 30%, com o estabelecimento da igualdade cada classe teria direito a 50% das ações. No governo Dutra foi colocado em discussão o fim da nacionalização do seguro mas não o fim do monopólio do resseguro, exercido pelo IRB, porém não durou muito.

Em 1950, com a volta de Vargas a Presidência da República, o apelo nacionalista voltou com toda força. Configurou-se na reteiração de que um dos principais objetivos do IRB era evitar a evasão de divisas para o estrangeiro.

O Estado tinha o papel de condutor do processo econômico e de provisor de recursos nos anos 50, com isto o governo Vargas gera conflitos com o setor segurador privado, principalmente, quando se estabelece que as caixas previdenciárias, as caixas econômicas e as empresas de seguro e capitalização eram obrigadas a recolher ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) 25% do valor correspondente ao aumento de suas reservas técnicas.

Além do setor industrial o governo Vargas não desprezou o setor rural, no início de 1954, institui a Companhia de Seguro Agrícola. A lei número 2.168 estabelece o Decreto de que caberia ao IRB estudar planos de operação em seguros agrícolas. Essa lei abala a estrutura técnica do IRB. Ele tinha que analisar rapidamente o plano de seguros agrícolas em menos de um ano e não tinha preparo e nem técnicos para efetuar a análise dos seguros agrícolas. Essa falta de técnicos provocou a demissão de uma série de funcionários, inclusive a do vice-presidente Rodrigo Médicis. A verdadeira intenção do Decreto lei número 2.168 foi posta em dúvida, entrou em discussão se este decreto não teria sido criado para defender interesses particulares, o que nunca tinha ocorrido desde a instituição do IRB. Conforme cita Motta (1998):

*“No entanto, penso que não se deve atribuir esse abalo exclusivamente à fragilidade política do governo, cujo fim se daria de forma trágica com o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954. A meu ver, a crise do “IRB original” se ligou sobretudo às dificuldades de uma instituição, criada para ser, ao mesmo tempo, uma vitrine e um espelho do Estado Novo, em se adequar às novas regras do jogo político, no qual as necessidades de negociação e de composição de interesses diversos se colocavam acima de decisões técnicas e racionais.”*

Em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek indica o segurador Augusto Xavier de Lima para presidência do IRB, contrariando a forma de escolha da presidência do IRB feita até então, onde eram indicados nove nomes ao presidente da República, a quem cabia escolha de seis conselheiros, três efetivos e três suplentes.

Em 1966, com o governo militar de Castelo Branco, o Decreto número 73, determina uma maior concentração de poderes nas mãos do presidente do Instituto, com o conseqüente esvaziamento do Conselho Técnico.

Na década de 70, o IRB abre as portas para a negociação com o exterior e com os bancos, incentivando compras e fusões de Companhias Seguradoras por parte dos bancos ou com empresas estrangeiras. Esta atitude aumenta o volume de resseguros efetuados no Brasil, solidificando a atividade de resseguro como meio de captação de poupança interna.

Em 1976, é criada a regulamentação do seguro saúde provocando uma ampliação nesta área de atuação do mercado nacional. Foi criado, também, os fundos de pensão, empresas especializadas em segurança de crédito e foi incrementado o seguro rural, estas medidas ampliaram as perspectivas do mercado segurador brasileiro.

#### **4.3 – A Influência do Monopólio de Resseguros no Mercado Segurador Brasileiro.**

Durante muito tempo o IRB exerceu monopólio no mercado segurador brasileiro, foi o único responsável pela aceitação e colocação de resseguros no Brasil e no exterior.

Apenas, à partir de 1986 deu-se início ao processo de mudança, com a implantação da flexibilização do sistema de tarifas únicas impostas pelo IRB, obrigatórias para todas as seguradoras.

Hoje em dia, o IRB encontra-se em processo de privatização e desde a abertura do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) as resseguradoras já podem operar em cada um dos países que formam o Mercosul. Esta situação de monopólio do IRB forneceu muitas características ao mercado brasileiro de seguros. O IRB era o único órgão a dar suporte às seguradoras, quando estas ultrapassassem sua capacidade de garantia, o IRB absorvia o excesso via resseguro.

Quando o IRB absorvia mais que a sua própria capacidade, cabia a repassar a diferença maior para as diversas empresas do mercado, efetuando, assim, a chamada retrocessão, a pulverização do risco. Somente em último caso o IRB buscava a negociação com as empresas internacionais.

Este papel de único operador do resseguro, deu possibilidades do IRB assumir funções normativas no mercado, em termos de obrigatoriedade de consulta das seguradoras, de resseguro, cosseguro e retrocessão.

Por um lado a importância do IRB se deveu à medida em que evitava a evasão de divisas, mantendo no Brasil grande parte dos recursos destinados à garantia de riscos, e sempre, atendeu a maioria das seguradoras nacionais com todo o suporte necessário para que atuassem protegidas e, em função deste monopólio era obrigado a aceitar todos os riscos, fossem eles bons e ruins.

Por outro lado este sistema funcionava como mecanismo de consolidação do mercado de seguros, sendo que este controle exercido pelo IRB no resseguro, impedia a livre negociação de preços que já vigorava em outras etapas da atividade seguradora.

Este controle do IRB no mercado de seguros nacional impediu a capacidade de desenvolvimento de produtos por parte das seguradoras, as seguradoras ao longo do tempo se habituaram a depender do ressegurador, algumas atuavam até mais como corretoras do que como seguradoras.

#### **4.4 – O Fim do Monopólio do IRB<sup>7</sup>**

No ano de 1996, foi aprovada a Emenda Constitucional, número 13/96 que dava nova redação ao artigo 192 da Constituição Federal, eliminando qualquer dúvida referente ao monopólio estatal de resseguro, que fez constar do texto da Constituição Federal a expressão “estabelecimentos de resseguros”, em lugar de “órgão oficial ressegurador”.

Em 1997, o Instituto de Resseguros do Brasil foi transformado em IRB-Brasil Re, Sociedade Anônima de Economia Mista, com gestão compartilhada entre Governo Federal e Seguradoras.

O Governo Federal, em 1998, manifestou interesse na abertura do mercado de resseguros, incluindo a privatização do IRB-Brasil Re, no Programa Nacional de Desestatização.

---

<sup>7</sup> Texto baseado nas obras de Azevedo (1998), Bueno (1999), Caputo (2000), Mendonça (1998), Mendonça (1999) e Costa (1999).

Após a desestatização do IRB-Brasil Re as seguradoras brasileiras poderão escolher com quem querem fazer seus contratos de resseguros, além dos países que constituem o bloco do Mercosul.

Observa-se que o resseguro é uma relação de parceria entre uma seguradora e resseguradores e estes dois assumem todos os riscos. Portanto, é importante que fique esclarecido que o ressegurador costuma ser um capitalista especializado que coloca recursos à disposição dos seguradores, não apenas recursos financeiros, mas, também, recursos técnicos e tecnológicos, fornecendo possibilidades aos seguradores de aceitar negócios que não poderiam fazer sozinhos, por serem negócios muito grandes, para sua capacidade de aceitar ou por serem negócios muito especializados nos quais o segurador não possui experiência em determinado ramo.

Neste momento é bom ficar atento para o fato da importância da modificação dos regulamentos de operação de resseguros no Brasil, com a abertura do mercado é imprescindível ressaltar que o resseguro está passando por uma fase transitória de monopólio para a livre concorrência.

A importância da entrada de empresas estrangeiras deve-se ao fato de o mercado nacional não ter recursos suficientes para arcar com todo os riscos e recursos necessários para atender a demanda que tende a aumentar.

As empresas estrangeiras num primeiro momento terão vantagens competitivas.

Vantagens das empresas estrangeiras sobre as empresas nacionais:

- 1- Maior capacidade de atendimento no exterior e facilidades para os clientes em outros países;
- 2- Experiências das empresas estrangeiras com operações em mercados abertos e pelo fato de que já tem tratados de resseguros para uma carteira mundial, já tem formado um *pool*, com maior poder de negociação. As empresas internacionais com um mercado maior de atuação têm a vantagem de formar um maior número de contratos de resseguros e, quanto maior for o número deles maior a possibilidade de defrontarem-se com riscos menores, isto é, menor a variância do número de sinistros. Já as empresas nacionais estão limitadas a operar dentro do país, bloqueando a ampliação de sua área de atuação. Este bloqueio impede a

formação de um grande número de clientes, diminuindo a possibilidade de proteger-se contra os riscos e de aceitar grandes riscos.

A livre concorrência do resseguro no mercado nacional pode tornar os custos menores, com a entrada de mais de uma empresa de resseguro no Brasil, estas empresas poderão passar a competir por preço. O consumidor final poderá ter a disposição um produto mais barato e mais especializado. E, estes produtos poderão a passar a atingir uma maior parcela da população, aumentando a demanda por resseguro.

Outra tendência que pode ser constatada é a entrada de novos produtos no mercado. Nos dias de hoje o mercado brasileiro se concentra, principalmente, nos ramos de automóvel, saúde, vida e acidentes pessoais. Com a possibilidade de escolha de colocação de seus resseguros, as seguradoras terão um maior poder de negociação, podendo escolher outros produtos para diversificar e incrementar sua produção criando uma maior oportunidade de crescimento de sua empresa.

#### **4.4.1 – O Processo de Privatização do IRB-Brasil Re<sup>8</sup>**

O IRB-Brasil Re encontra-se atualmente em processo de privatização. Mas não está sendo nada fácil, vários motivos levaram ao adiamento já três vezes do leilão do IRB-Brasil Re.

Em 1999, foi aprovada a Lei n.º 9.932, que trata da regulamentação referente ao processo de abertura do mercado de resseguro. Essa lei regulamenta a constituição do ressegurador local, as regras para colocação de resseguro no exterior, à margem de solvência e a abertura de escritórios, por parte de empresas estrangeiras, devidamente cadastradas na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A contratação de seguro no exterior continuará vedada, exceto quando não convém ao interesse nacional ou o segurado não encontra cobertura para o risco no mercado nacional, todos os demais seguros continuam proibidos de serem feitos no exterior, mas não é o segurado que é fiscalizado e sim as operações das seguradoras.

---

<sup>8</sup> Texto baseado nas obras de Santos (1999), Santos (2000), Mendonça (1999), Pinto (1999), Clapp (1999), Büll (1999), Figueiredo (2000) e Mendonça (1997).

Se for realmente aprovado, o órgão que irá regular o mercado de seguros brasileiro é a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O IRB-Brasil Re irá tornar-se uma empresa atuante no mercado, mas não regulará mais as normas de resseguros no Brasil. A empresa que adquirir o IRB-Brasil Re terá além da vantagem de já estar instalado há décadas no mercado brasileiro, ainda manterá de certa forma um monopólio, pois por determinação do Governo, deverá ter ainda uma parcela cativa de 40% de mercado, garantido por dois anos.

Foi determinada a obrigatoriedade de corretora de resseguro pessoa jurídica, legalmente constituída no país. Também, foi determinada a obrigatoriedade da corretora em manter apólice de responsabilidade civil, profissional, para responder por eventual falha na sua prestação de serviços.

O primeiro leilão, marcado para 14 de outubro de 1999, foi adiado devido ao motivo de falta de regulamentação do setor de seguro, pois estava sendo feita através de Medida Provisória. Esta, foi considerada inconstitucional pela Casa Civil. O governo, então, adota lei ordinária para transferir as atribuições do IRB-Brasil Re de órgão regulador e fiscalizador do setor para a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O segundo leilão, marcado para 25 de abril de 2000, novamente adiado devido à dúvida quanto ao valor real do IRB- Brasil Re, desta vez foi o Tribunal de Contas da União (TCU), que questionou a avaliação do preço do IRB-Brasil Re. O questionamento do TCU levou o governo a realmente encontrar erro no cálculo do preço do IRB.

O terceiro leilão do IRB-Brasil Re, marcado para 25 de julho de 2000, com preço mínimo de R\$ 522,5 milhões, correspondente a 45% do capital total da empresa e 90 % das ações ordinárias foi outra vez adiado. O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu como inconstitucional a transferência das atribuições do IRB-Brasil Re para a SUSEP. Até o momento não foi efetuado a regularização devida das transferências das atribuições do IRB-Brasil Re para a SUSEP, ficando suspenso o leilão do IRB-Brasil Re.

Estes atrasos nos leilões podem vir a custar caro para a privatização do IRB-Brasil Re, apesar de esta discussão já vir se estendendo desde 1996 até agora nada modificou. O Brasil, ainda, permanece como um dos únicos países do mundo a manter o monopólio do resseguro. Uma empresa que há três anos valia perto de US\$ 1 bilhão, hoje em dia, além de não valer mais, este valor, corre risco de perder seus principais compradores.

Num panorama mundialmente globalizado o monopólio do resseguro no Brasil está atrasando o desenvolvimento do mercado segurador brasileiro. As apólices de seguros no Brasil, ainda, têm custos altos e não só o preço do seguro está sofrendo com o atraso do fim do monopólio mas a especialização em carteiras não desenvolvidas no mercado de seguros no Brasil, também, sofre suas consequências. A restrição de transferir o excedente da produção para o exterior, porque no Brasil o que vale é o monopólio, provoca insegurança quanto ao risco comercial, pois sem garantias financeiras e patrimoniais as companhias comercializam preços de seguros elevados.

Na tabela 2, temos as principais resseguradoras internacionais que estão apenas aguardando a abertura do mercado para vir a comercializar em território brasileiro; como podemos observar cinco delas estão com um prêmio líquido superior para atender o mercado nacional:

**Tabela 2**  
**Companhias Resseguradoras Com Representação no Brasil**

<b>Grupo</b>	<b>País</b>	<b>Prêmio Líquido (US\$ mil)</b>	<b>Rating</b>
Munich Re	Alemanha	12.131,3	AAA
Swiss Re	Suíça	11.049,3	AAA
General Re	EUA	6.545,0	AAA
Employers Re	EUA	4.573,0	AAA
Hannover Re	Alemanha	3.627,7	AA+
Allianz	Alemanha	3.323,3	AAA
Gerling Global Re	Alemanha	2.721,2	AA-
Scor	França	2.307,5	AA-
Transatlantic	EUA	1.294,1	AA
Sorema do Brasil	França	ND	ND
Mapfre Re	Espanha	610,0	AA-
Copenhagen Re	Dinamarca	ND	ND

Fonte: Revista de Seguro, junho/99.

AAA – Superior; AA+ - Excelente; AA - - Excelente; AA – Excelente; ND – Não Disponível



#### 4.5 – Conclusão

Com a abertura do mercado brasileiro de seguro ocorre o aumento de competição, consequentemente há um aumento nos fluxos de capitais e um aumento dos riscos devido à possibilidade de uma participação de cada vez maior das empresas estrangeiras no mercado nacional.

Torna-se cada vez mais imprescindível a especialização das empresas brasileiras, que por muito tempo tiveram pouco contato com as particularidades da atividade de resseguros, devido ao monopólio exercido pelo IRB durante anos.

Neste novo cenário vai ser exigido destas empresas nacionais um aprendizado rápido do que é o resseguro e como se opera neste mercado.

Mais cedo ou mais tarde é esperado a quebra do monopólio exercido pelo IRB, as regras válidas para os países mais desenvolvidos estão longe de ser parecidas com as regras conhecidas internamente e com a entrada de empresas de todos os tipos, atuando de todas as formas, o conhecimento das regras do resseguro no mundo é indispensável.

O próprio IRB sempre atuou mais como cedente do que como comprador de riscos de resseguros.

Portanto, o mais importante de tudo, além da privatização do IRB, são as novas definições internas de regras para o resseguro, que beneficiem o mercado segurador brasileiro, permitindo que as empresas seguradoras nacionais aproveitem as especializações do mercado mundial e as tecnologias das grandes resseguradoras internacionais, para dar início a uma nova etapa do mercado segurador brasileiro com o desenvolvimento de produtos mais especializados e outros segmentos no mercado.

## CAPÍTULO V - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

A teoria do estudo do seguro apresentou-se como ferramenta de análise muito eficaz para avaliação da evolução do mercado de seguro. Os conceitos de seguros analisados neste trabalho, principalmente a teoria da informação assimétrica, fundamentam as preocupações de avaliação da estrutura do mercado de seguros brasileiro e a abertura do mercado de seguros.

O ramo de seguro, por sua dinâmica, vem crescendo acentuadamente sua participação no mercado brasileiro, mas ainda permanece em questão a discussão da abertura do mercado de resseguros.

O Estado por anos desenvolveu no Brasil uma função paternalista no mercado de seguros, não deixou que o setor caminhasse por suas próprias pernas. No início, foi com a intenção de reter os prêmios dentro do território nacional. Mas, depois tornou-se uma necessidade a participação do Estado, pois o mercado não estava preparado para competir num mercado aberto. Hoje em dia, sente-se o efeito deste monopólio exercido pelo Estado. Com a globalização o mercado nacional é obrigado a atuar em um mercado aberto e agora tem a responsabilidade de desenvolver áreas de atuação com maior conhecimento, pois o mercado internacional está muito mais desenvolvido do que o mercado nacional.

Mas, o mercado brasileiro de seguros está preso ao desfecho final da privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e as novas regras, que terão de ser impostas no mercado. Atualmente encontra-se numa fase transitória de um mercado de resseguros monopolista para a “livre concorrência”. Após anos e anos, poderá ficar comprovado se esta abertura do mercado foi tardia ou não.

A abertura do mercado de seguro, como pode ser observado no trabalho, poderá trazer muitas vantagens para este segmento, como o fim da prática de preços abusivos, o oferecimento de diversos tipos de seguros e mais recursos financeiros.

A proposta inicial de verificação da abertura do mercado de seguros guiou todo o trabalho de pesquisa. No que concerne a tal proposta, os relatos revelaram-se consistentes, uma vez que claramente se identificou tais necessidades nos dias atuais para o crescimento do setor.

O estudo do ramo de seguro vem despertando crescente interesse entre os agentes econômicos, pois acredita-se que este setor tem, ainda, uma grande capacidade de desenvolvimento para a economia brasileira. Sendo um setor de fundamental importância para a proteção contra riscos e incertezas numa economia globalizada, os riscos tendem a aumentar quando o mercado é aberto e quando a economia está fragilizada, os cidadãos buscam mais proteção, aumentando a procura neste setor. Portanto, outros estudos se fazem necessários. A distribuição e evolução do prêmio do seguro ao longo dos anos é um ponto importante para análise de sua projeção, por exemplo desde o ano de 1996 com a abertura do mercado houve diminuição do prêmio de seguro? Outra sugestão de estudo é o setor como grande aplicador no mercado financeiro, isto é, com a possibilidade de gerar aumento de poupança interna. Interessante também é analisar a demanda do seguro qual a participação no mercado interno. A privatização do IRB também pode originar várias análises sob vários pontos de vista, um deles refere-se sobre o estudo da balança de pagamentos. A privatização do IRB tem como principal argumento o déficit na balança de pagamentos? Também não foi este o motivo de sua criação?

Certamente, prolongar-se em análises estruturais e em suas abrangências é necessário, tanto para traçar o desenvolvimento do setor na economia brasileira quanto para projetar sua participação.

## VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBUQUERQUE, Pedro Jorge de Almeida. Plano Diretor de Seguros. Mercado Segurador Brasileiro. São Paulo, v. 4, n. 13, p. 60-61, abr./jun. 1998.
2. ALVIM, Pedro. O contrato do seguro. 3a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1999. 547p.
3. AZEVEDO, Roberto Gomes da Rocha. Seguros & Riscos. A Desestatização do IRB Brasil e os Efeitos da Quebra do Monopólio Estatal do Resseguro para as Companhias de Seguros. São Paulo, v.12, n.123, p.50, jun. 1998.
4. AZEVEDO, Roberto Gomes da Rocha. Seguros & Riscos. A Privatização do IRB Brasil. São Paulo, v.12, n.123, p.51-52, jun. 1998.
5. BIDINO, Maria Elena. Cadernos de Seguro. Um Momento Histórico para o Nosso Mercado. São Paulo, v.18, n.90, p. 4-11, jul./ago. 1998.
6. BUENO, Denise. Gazeta Mercantil. Privatização do IRB pode ser Adiada. São Paulo, 31 ago. 1999. Finanças, p. B-7.
7. BÜLL, Patrícia. Primeiravia. Os Caminhos para a Privatização do IRB. São Paulo, v. 4, n. 25, p. 16-18, fev. 1999.
8. CAPUTO, Carlos. Gazeta Mercantil. Processo de Privatização do Resseguro no Brasil. São Paulo, 7/9 jan. 2000. Análises & Perspectivas, p. A-3.
9. CIARELLI, Raul Eduardo Tavares. Cadernos de Seguro. Perfil do Mercado Segurador: Mudanças Estruturais Recentes e Perspectivas. São Paulo, v.13, n.78, p.5-20, mar./abr. 1995.
10. CLAPP, Jorge. Previdência & Seguros. Os Prós e Contras da Privatização. Rio de Janeiro, v. 62, n.548, p. 18-19, jul./ago. 1999.
11. COSTA, André. Revista de Seguros. Mercado Aguarda Resolução. Rio de Janeiro, v.8, n.829, p.8-11, abr./jun. 1999.

12. COSTA, José Octavio dos Santos. Seguros & Riscos Resseguro no Brasil – Retrospectiva e Perspectiva. São Paulo, v.6,n.56, p.43-45. 1998.
13. FIGUEIREDO, Odali. Gazeta Mercantil. Erro no Preço Força Adiamento do Leilão do IRB. São Paulo, 20/23, abr. 2000. Finanças, p. B-1.
14. GALIZA, Francisco José dos Santos. Economia e Seguros: Uma Introdução. 1.ed. Rio de Janeiro: Funenseg, 1997. 274p.
15. GALIZA, Francisco José dos Santos. Cadernos de Seguro. Será que o Mercado de Resseguro no Brasil Vai Realmente Crescer? São Paulo, v.18, n.90, p.18-19, jul./ago. 1998.
16. GOMES, Vera Maria de A. Bastos, MELLO, Miguel Schneider. Cadernos de Seguro Resseguro: o Seguro do Seguro. Rio de Janeiro, v.13, n.75, p.5-10, ago./set. 1994.
17. JERONYMO, José Armando. Seguros & Riscos. A Importância Técnica do Resseguro. São Paulo, v.10, n.106, p.28-29, jan. 1997.
18. MENDONÇA, Antonio Penteado. Plano Diretor de Seguros Algumas Consequências do Fim do Monopólio do Resseguro. São Paulo, v. 3, n. 11, p. 6-7, out./dez. 1997.
19. MENDONÇA, Antonio Penteado. Plano Diretor de Seguros A Privatização do Resseguro Entra na Reta Final. São Paulo, v. 4, n. 15, p. 11-12, out./dez. 1998.
20. MENDONÇA, Antonio Penteado. A Folha de São Paulo. Resseguro, Agora ou Nunca. Setembro 1998. <http://www.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi01099828.htm>
21. MENDONÇA, Antônio Penteado. A Folha de São Paulo. Seguros: a Privatização do IRB. 24 novembro 1997. <http://www.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi241106htm>
22. MENDONÇA, Antônio Penteado. A Folha de São Paulo. Sobre o Fim do Monopólio do Resseguro. São Paulo, 07, abr. 1999. Dinheiro, p.2-4.
23. MOTTA, Marly Silva da. Entre a Solidariedade e o Risco: História do Seguro Privado no Brasil. A Criação e a Estruturação de uma Instituição-Modelo da Era de Vargas: o

Instituto de Resseguros do Brasil. In: Alberti, Verena (coord.). Rio de Janeiro, 1998. 352p. Cap. 2, p. 81-131.

24. PINDYCK, Robert S., RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 1.ed. São Paulo: Makron Books, 1994. 968p. Cap.5: Escolha Sob Incerteza, p.178-214. Cap.17: Mercados com Informação Assimétrica, p.801-842.
25. PINTO, Eduardo. Seguros & Riscos. Governo Pretende Privatizar IRB até Julho. São Paulo, v.4, n.25, p.16-18, fev. 1999.
26. SANTOS, Ricardo R. M., SANTOS, Suzana. Gazeta Mercantil. Edital faz Crescer Interesse pelo IRB. São Paulo, 10/12, mar. 2000. Finanças, p. B-1.
27. SANTOS, Suzana. Gazeta Mercantil. Consultoria Descarta Erro no IRB. São Paulo, 24, abr. 2000. Finanças, p. B-5.
28. SANTOS, Suzana. Gazeta Mercantil. Dúvidas Cercam Privatização do IRB. São Paulo, 9, mar. 2000. Análises & Perspectivas, P. A-3
29. SANTOS, Suzana. Gazeta Mercantil. Preço do IRB Cai para R\$ 482,6 mi. São Paulo, 7/9, abr. 2000. Finanças, p. B-3.
30. SANTOS, Suzana. Gazeta Mercantil. Privatização do IRB Pode ser Adiada. São Paulo, 31, ago. 1999. Finanças, p. B-7.
31. SOUZA, Newton Augusto de. Cadernos de Seguro. O Seguro no Contexto da Economia. São Paulo, v.17, n.84, p.29-31, mar./abr. 1997.